



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



PARECER JURÍDICO N.º 56/2025

**EMENTA: ADMINISTRATIVO.
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
01/2022, CELEBRADO ENTRE O CRF/SE
E A EMPRESA ITWEB PUBLICIDADE E
PROPAGANDA LTDA.**

INTERESSADO: CRF/SE

PROCESSO: 01/2022

**OBJETO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2022, CELEBRADO
ENTRE O CRF/SE E A EMPRESA ITWEB PUBLICIDADE E PROPAGANDA
LTDA.**

Trata-se de pedido de parecer jurídico, acerca da possibilidade legal de prorrogação do prazo de vigência celebrado entre o CRF/SE e a empresa ITWEB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, cujo objeto do contrato é a prestação de serviços contínuos de hospedagem e manutenção (adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva) dos sites e e-mails oficiais do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, conforme condições estabelecidas no termo de referência da contratação do processo administrativo nº 01/2022, bem como do termo de aceite de prorrogação contratual, apresentada pela contratada.

Acostam ao respectivo processo:

- a) Solicitação de renovação contratual com a devida justificativa;
- b) Despacho do Presidente para autorizando a formalização do processo de renovação;
- c) Disponibilidade orçamentária;
- d) Proposta orçamentária e atestado de exclusividade;
- e) Despacho da comissão de licitação;
- f) Certidões negativas da contratada;
- g) Minuta do 5º termo aditivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações.

O 1º termo aditivo do contrato celebrado teve prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de 13.01.2023 a 12.01.2024, com um importe total de R\$ 1.978,80 (um mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), incluído no valor acima as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. Já no 2º termo aditivo, foi prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, mantendo-se os mesmos valores. Igualmente ocorreu quando da celebração do 3º aditivo, sem nenhum acréscimo contratual.

E no 4º aditivo contratual celebrado, houve aumento qualitativo do objeto contratado, especificamente o item 1, respeitado o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, de modo que o valor anual contratual passou a ser de R\$ 2.472,80 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

Desta feita, a empresa contratada manifesta interesse em noiva prorrogação contratual, por mais 12 (doze) meses, sem acréscimo de valor. O CRF/SE, por sua vez, manifesta interesse na continuidade e comprova a existência de dotação/disponibilidade orçamentária para custear a despesa.

O contrato primitivo n.º 01/2022, em sua Cláusula 2ª, consigna que o prazo de vigência dos serviços contratados poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma prevista no art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a critério do CRF/SE. Com relação ao valor, mantém-se as disposições originalmente pactuadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Sobre a questão, assim dispõe o inciso II, do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(Destaque nosso)

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, externado no Acórdão n.º 766/2010, as características necessárias para que um serviço seja considerado contínuo são: (i) essencialidade; (ii) execução de forma contínua; (iii) de longa duração; e (iv) possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço.

A essencialidade do serviço como requisito para configurá-lo como contínuo deve ser vista *cum grano salis*, já que não é a importância do serviço em si, mas a necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço que o qualifica como contínuo.

Assim, pode-se afirmar que o que caracteriza a continuidade de um determinado serviço é seu caráter de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou manter o funcionamento das atividades do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Em sentido próximo: TCU - Acórdão n.º 132/2008 – Segunda Câmara).

Tendo a Administração classificado o presente serviço como continuado, é possível proceder a análise da presente prorrogação. A adoção da prorrogação relaciona-se com dois motivos preponderantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de atendimento ao interesse público. A demanda permanente de atuação do particular produziria uma espécie de trauma na transição de um contrato para outro. Se a contratação fosse pactuada por períodos curtos, haveria ampliação do risco de problemas na contratação posterior. Isso significaria, ademais, o constrangimento à realização de licitação permanentemente. Acabaria por multiplicar-se o custo da Administração (JUSTEN FILHO, Marçal. Op. cit. Pp. 485-6).

O segundo motivo é o da previsibilidade de recursos orçamentários. A lei presume a disponibilidade de recursos para custeio dos encargos contratuais. Tanto mais porque os contratos de prestação de serviços não usam montar a valores que possam afetar as disponibilidades orçamentárias.

No que diz respeito à demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:

26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Some-se a isso, a manifestação positiva da contratada a respeito do interesse em prorrogar o contrato em tela. E como já pontuado há também o interesse do CRF/SE na manutenção da avença e favorável à prorrogação contratual e a devida justificativa da necessidade de prorrogação do contrato.


Aos autos foram juntados documentos que procuram comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como a demonstrar a manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas.

No que diz respeito à alocação de recursos orçamentários, o artigo 14, da Lei 8.666/93 aduz que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento. Igual disposição é albergada no artigo 7º da mesma lei, no que toca às hipóteses de obras e serviços, situação que é repetida no caput do artigo 38 do referido diploma normativo, confirma-se nos autos há existência de declaração de recursos financeiros, com menção à rubrica orçamentária correspondente **(6.2.2.1.1.01.04.04.005.022 – Outros Serviços Prestados por Pessoa Jurídica)**, cujo valor da despesa já está devidamente empenhado.

EX POSITIS, considerando os argumentos acima elencados e aliados aos preceitos legais aplicáveis a espécie, opinamos pela **VIABILIDADE JURÍDICA** de firmar o 5º Termo Aditivo do Contrato n.º 01/2022, celebrado com a empresa **ITWEB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA (12.115.918/0001-65)**, com base nas informações técnicas elaboradas pelo setor competente, devendo manter incólumes as demais cláusulas contratuais, apenas ressalvando que a veracidade dos fatos e documentos constantes nos autos é de inteira responsabilidade dos agentes que os firmaram.

É o parecer, S.M.J.

Aracaju/SE, 17 de dezembro de 2025.


Patrícia de Moura Melo
Advogada do CRF/SE
OAB/SE 4.586